



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RECIFE, PE, 19 DE MAIO DE 1995

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Governador do Estado, Doutor Miguel Arraes de Alencar; Senhor Governador do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy, Decano dos Governadores; Senhores Governadores dos Estados-Membros da Sudene; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhor Superintendente da Sudene; Senhores Membros do Conselho Deliberativo; Senhoras e Senhores;

Tenho, hoje, realmente, uma grande satisfação de estar aqui na Sudene.

Como disse o Miguel Urbano, a Sudene foi a instituição na qual houve o mais importante esforço de reflexão sobre os assuntos da região, para a qual ela desencadeou processos significativos de transformação.

E, neste momento em que, como Presidente da República – pela quarta vez, diz Miguel Arraes – venho ao Nordeste, em quatro meses, não me sentiria bem se não evocasse aqui as figuras que foram marcantes na formação dessa instituição e na atenção aos problemas regionais.

Em primeiro lugar, o Presidente Juscelino Kubitschek. Foi em seu Governo que houve, efetivamente, um apoio mais decidido no combate às desigualdades regionais.

Em segundo lugar, aquele que foi o definidor de uma nova perspectiva para a região, e não só para a região, porque deixou uma lição muito marcante da necessidade de um pensamento novo nas questões do desenvolvimento, que foi Celso Furtado.

E não há de se dizer que do efeito do trabalho desses precursores e do trabalho acumulado, durante muitas décadas, por muita gente nesta região, que os efeitos não se tenham feito sentir. Fizeram-se sentir.

Na verdade, de 1970 a 1990, esta região cresceu mais que a média nacional. No período de 1970 a 1980, o PIB *per capita* nacional cresceu 6,1% e, no Nordeste, 6,5%. Na década de 80, enquanto o PIB do Brasil aumentava à média anual de 2,7%, o do Nordeste cresceu a 4,4%.

O Nordeste, como diz o Doutor Armando, urbanizou-se e industrializou-se; a taxa de migração reduziu-se, assim como a de fecundidade; e a infra-estrutura ampliou-se. Portanto, é uma região não só de potencialidades, mas que já participa do desenvolvimento integrado.

Acredito ser necessário reprimir esse fato. Recentemente, fui aos Estados Unidos e, nos diálogos lá travados, tive a satisfação de poder representar um país que não tem mais complexo, que é o Brasil. Tem problemas, sim, e muitos, mas já tem rumos.

O Nordeste também já tem rumo. O Nordeste, hoje, não precisa mais repisar as suas mazelas: precisa é que se cuide delas. E cuidar delas é um esforço coletivo nacional, não é apenas o esforço da região, é uma decisão do Brasil.

Quero aqui não só agradecer as palavras que foram proferidas pelo representante dos trabalhadores e das classes produtoras e acolher as suas observações, que serão, naturalmente, lidas por nós e pela equipe do Governo, para a atenção necessária. Mas quero também dizer que os Ministros expuseram de forma direta aquilo que estão fazendo em suas áreas.

Já passamos da fase de queixas e promessas. Já passamos da fase em que a gritaria resolia os problemas do Brasil. Hoje, é trabalhar, trabalhar coordenadamente e com afinco, decidir e trabalhar em conjunto, nos vários níveis de Governo.

Disse aqui que o Governo fez um esforço de convergência. Quero agradecer, muito especialmente, ao Ministro Cícero de Lucena, Secretário de Assuntos Regionais, que permitiu que houvesse essa integração de forma suave e competente; ao Ministro Krause e ao Ministro Serra, que, no âmbito de seus Ministérios, permitiram também que isso ocorresse assim; e a presença constante do Tesouro Nacional, representado pelo Doutor Murilo, que nos tranqüiliza quanto ao desembolso dos recursos. Como disseram os outros Ministros que aqui falaram, em especial o Ministro Odacir Klein, que reafirmou uma determinação já tomada há muito tempo, certas verbas serão, sim, utilizadas na recuperação das estradas brasileiras.

Nós já passamos de uma fase em que se poderia, simplesmente, fazer promessas ou sonhar. O sonho começa a se transformar em realidade – realidade que tem sido construída, na verdade, por enquanto, às expensas da maioria do povo. Tem razão o Doutor Urbano no que disse.

Queria reafirmar que esse dinamismo da economia do Nordeste não basta, porque ainda não se traduziu na melhoria de vida do cidadão, sobretudo dos mais pobres. E aí os indicadores são realmente, eu diria, apavorantes: na verdade, se a expectativa de vida aqui é de 65 anos, a do Brasil é de 70; se a população alfabetizada no Sudeste corresponde a 88%, no Nordeste é de 63%; e o Nordeste abriga metade da população indigente de todo o Brasil.

Esses indicadores são mais que eloquentes, e nem convém que os repitamos tanto, para não nos contagiarmos com as dificuldades; convém que tomemos os rumos da superação dessas dificuldades. Já alguém disse aqui – creio que foi o Ministro Krause – que durante a campanha eleitoral eu dizia que o Brasil não é um país subdesenvolvido. Alguns pensam que é, alguns não têm sequer a informação adequada do que ocorre nem no mundo, nem aqui, muito menos. Mas não é: ele é um país injusto.

Nossa questão fundamental, hoje, não é apenas retomar o crescimento, pois nós já o retomamos. Os dados de hoje – eu me permitiria trazê-los à consideração do Doutor Armando – indicam que o crescimento industrial do Brasil foi de 10%, nos primeiros quatro meses deste ano –

10%; e nunca houve uma taxa de inflação tão baixa, nos últimos 25 anos. O consumo cresceu enormemente de um mês para o outro: 20%.

É esse o pano de fundo sobre o qual operam os que tomam decisões de política econômica, que muitas vezes são constrangidos por essas circunstâncias e também por circunstâncias internacionais – graças a Deus, já superadas por nós, que hoje temos, novamente, condições de divisar um futuro mais tranquilo e uma possibilidade de medidas econômicas mais eficazes. Mas esse condicionamento é que levou a essas taxas de juros escorchantes, as quais nenhum de nós subscreve como se fosse mecanismo para solucionar crises, mas apenas nas questões emergenciais, muitas vezes porque não houve a compreensão necessária, na contenção possível do consumo, ou, muitas vezes, porque não houve a compreensão daqueles que especulam contra o Real.

Vencemos a especulação contra o Real. Estamos, agora, repondo o carro do consumo adequadamente, sem prejudicar as camadas populares, porque, com o Real, essas foram as camadas que mais se beneficiaram. É por essa razão que essas camadas, hoje – a despeito de quaisquer minorias que protestem –, aplaudem o Plano Real e aqueles que se dedicam à sua estabilização.

Pois bem, ao longo dessas últimas décadas, é certo que o cenário internacional se transformou, que o Brasil mudou, que o Nordeste mudou. Alguns não mudaram, continuam pregando no deserto. No plano mundial, o jogo do poder está menos no equilíbrio entre mísseis do que no equilíbrio da balança comercial. Os capitais circulam com liberdade, muitas vezes até excessiva, e os mercados consumidores estão mais abertos que antes ao ingresso dos produtos de consumo que os consumidores demandam.

O crescimento da tecnologia já não é um privilégio de poucos, pois neste mundo cada vez mais global e integrado não faz mais sentido buscar desenvolvimento a portas fechadas. Faz sentido buscar desenvolvimento, faz sentido defender o interesse popular, e muito, e o interesse nacional, mas dentro de um novo contexto. Os que não vêem o novo contexto, a despeito das boas intenções, trabalham contra o interesse nacional e contra o interesse popular.

Ora, nós precisamos, nesse contexto, de incorporar mais tecnologia. Nós não podemos nos fechar à necessidade de exportar. Mas não poderemos fazer nada disso, se não tivermos uma modificação profunda, bem profunda, não só na percepção, no nível da consciência dos problemas que nos afligem, mas, sobretudo, na formação de novas mentalidades. Daí a importância enorme que tem para todos nós a questão da educação.

Temos hoje uma oportunidade histórica. Antes, os economistas privilegiavam a produção, em vez da distribuição, e o político buscava privilegiar a distribuição, porque estava em contato direto com a demanda da sociedade. Hoje, para sorte de todos nós, os economistas sabem que é necessário, ao mesmo tempo, aumentar a produção, fazer a redistribuição da renda e aumentar o consumo. E os políticos também sabem que, sem investimentos, sem tecnologia, sem educação, não vai haver consumo que se mantenha. Já existe um avanço na percepção desses problemas pelo País.

E essa visão, senhores Governadores, senhores Membros do Conselho da Sudene, mais moderna do desenvolvimento, mais integrada do desenvolvimento, mais consciente do desenvolvimento só terá sentido se efetivamente melhorar a condição de vida concreta da população. Com reforma agrária, sim, que é necessária e será feita! Ninguém teve mais empenho que eu, até hoje, para, rapidamente, retomar a questão da reforma agrária. E vou continuar me empenhando, com programas de amparo, quando necessário. Sabe o Governador Arraes que, a um telefonema dele, ordenei que os recursos fossem postos à disposição para atender aos trabalhadores que tinham uma situação de emergência. E sabe o Governador Arraes que, ainda hoje, ao discutirmos a questão da Zona da Mata, disse-lhe que autorizaria o Banco do Nordeste a estender esses recursos para poder conter situações emergenciais.

Mas emergência é uma coisa e estrutura é outra. O Governo, que tem a sensibilidade – e tem de ter – nessa direção, dos problemas imediatos, não pode deixar de olhar o horizonte. E o horizonte é de transformação; o horizonte obriga a que se tomem decisões corajosas.

No caso referido, aqui, do setor da cana-de-açúcar e do álcool, muitos sabem do meu empenho, quando Ministro da Fazenda, para que esse setor tivesse minoradas as suas dificuldades e sabem também que esse empenho continua. E ordenarei a formação pedida na Câmara Setorial para discutir as questões do setor. Mas nós vamos discuti-las com os olhos postos nos trabalhadores dessa região, com os olhos postos naqueles setores produtores que foram capazes de utilizar a tecnologia e que usaram os recursos para investimento, e não para dilapidar. E não teremos nenhum problema – quando o Governador disser que é necessário, e a sociedade assim apontar – em deixar que estes últimos vão à falência e, se for possível, que essa massa falida passe para a mão daqueles que trabalham diretamente na terra. Nenhum receio de enfrentar essas dificuldades, porque quem tiver receio de enfrentar dificuldades não deve sequer se apresentar ao País como candidato a qualquer coisa, e, muito menos, como Presidente da República.

O Presidente não foi eleito para facilidades. O Presidente foi eleito para resolver problemas, de acordo com o que o País precisa e deseja. Estaremos atentos a tudo isso.

Sabemos também, senhores Governadores, senhores Membros do Conselho, que, nesta visão integrada, moderna, que não põe de lado o social, mas que sabe que é preciso transformar e reformar, a questão regional deixou de ser, como disse tantas vezes, questão de uma área, para ser questão global do País.

Isso não são palavras. Aqui, os Ministros mostraram o que estamos fazendo, não é o que vamos fazer; mostraram que estamos sendo fiéis ao que disse durante a campanha eleitoral – e já me referi com mais precisão a algumas dessas questões; mostraram que, mal posta a funcionar a máquina administrativa, e já estamos aqui prestando contas e dizendo o que faremos, com os instrumentos necessários, com os recursos já apontados. Para isso, tivemos que dizer “não” a obras necessárias, mas tivemos, também, a condição para dizer “sim” às obras possíveis. E nós vamos enfrentar essa questão.

Educação e saúde são, sim, prioridades. O Ministro da Educação está destinando, como ele disse aqui, 40% do total dos recursos disponíveis

e livres do Ministério para a região nordestina; 40%, setecentos e poucos milhões de reais, para a região nordestina. O Ministro da Educação mostrou o que está fazendo.

O Ministro da Saúde sabe que, das 560 cidades, municípios prioritários, nos quais vamos fazer programas convergentes de nutrição, de amamentação, de cuidados com a amamentação infantil, de cuidados com a família, de higiene, de saneamento, dos 560 municípios, 452 estão no Nordeste.

Respondo, assim, de forma concreta, ao que disse num discurso da Federação de Indústrias de Pernambuco. O coração do problema é o Nordeste, e é a ele que nós estamos dedicados, não com palavras, mas com decisões concretas deste governo. E vamos enfrentar com tranqüilidade, com firmeza, sem demagogia, um a um, os problemas que vierem aparecendo no decorrer do nosso governo.

Além disso, o Programa Comunidade Solidária, junto com o Ministério da Saúde, vai centrar o foco na questão da mortalidade infantil, porque ela permite equacionar a má alimentação, o saneamento básico e tudo o mais. Vai-se dar também atenção toda especial à questão da merenda escolar. E nós também vamos ter que atender, seguramente, com o Proger, que é um programa de geração de emprego e de renda, ao pequeno e ao microprodutor rural.

A agricultura familiar, que tem no Ministério da Agricultura, sob condução do seu Ministro, Andrade Vieira, uma Secretaria Especial, já possui os recursos para dar um impulso tão grande a ela quanto o impulso da reforma agrária, porque não basta assentar famílias, é preciso também ter uma atenção especial ao micro e ao pequeno produtor e, sobretudo, àquela produção que tem base familiar. E nós vamos fazer

É necessário muito mais que isso. Amanhã, estarei em Xingó, obra que vem de longe, obra que se moralizou no Governo Itamar Franco. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que, Ministro que fui daquele Governo, posso lhes assegurar que houve mutação completa, no que diz respeito aos negócios da administração pública. Mutação no sentido republicano, no sentido de que era inaceitável, por parte do Presidente Itamar e de minha parte também, qualquer tentativa de utilização dos

recursos públicos para outros fins que não fossem os destinados, pelo Congresso Nacional, ao bem-estar da população, e que não se pode confundir com enriquecimento ilícito ou favoritismo a esses ou àqueles.

Pois bem, amanhã estaremos em Xingó, inaugurando mais uma turbinha. Com isso, a grande obra de Xingó vai permitir que o Nordeste tenha energia elétrica suficiente para continuar crescendo.

Na área de comunicações, já disse o Ministro, nós vamos investir, só no Nordeste, em 1995, 550 milhões de reais, com 251 mil novas linhas telefônicas convencionais, 276 mil telefones celulares e 15 mil telefones de uso público.

Continuaremos os programas que estão embasados no Prodetur. E, aqui, também, tenho muita alegria de lhes dizer que os aeroportos de São Luís, Fortaleza, Natal e Aracaju serão os primeiros beneficiários disso, para ampliar a base de recepção de turistas, de mercadorias e de passageiros para a Região Nordeste. Repito: São Luís, Fortaleza, Natal e Aracaju.

Mas não me esqueci de Petrolina. Em Petrolina já houve o convênio necessário, pela Infraero, para a extensão da pista do aeroporto, porque permitirá um grande impulso às exportações naquela região.

Mais ainda: com a emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, em segundo turno, sobre a cabotagem, foi possível abrir uma enorme quantidade de novas oportunidades de turismo, porque, até agora, os navios estrangeiros não podiam atracar trazendo turistas por causa de uma lei que, em seu tempo, teve o seu sentido, mas que hoje se tornou antiquada nessa matéria.

E o Brasil tem que mudar, vai mudar, está mudando, porque, se ele não mudasse na direção necessária a essa modernização, nós não teríamos como gerar o que todos gritam: emprego, melhores rendas. Sem que haja uma transformação substantiva é impossível chegar lá. Mas nós estamos no caminho dessa transformação.

O problema que mais me chamou a atenção, acima de tudo que conheço do Nordeste, e faço empenho em conhecer cada vez mais, é o problema hídrico. Nesse sentido, quero deixar bem claro que nós temos um compromisso que vai além das obras que estão aqui referidas. É o compromisso com a preservação dos mananciais, o que tem a ver com a

possibilidade de transformar a expressão “desenvolvimento sustentado” em algo efetivo; é o compromisso da manutenção das condições ambientais para as gerações futuras e da preservação da água, para gerar energia, para beber, para irrigar, para ser guardada nos grandes açudes, para permitir a produção e para permitir a sobrevivência das populações.

Aqui nós temos um rio que simboliza o Brasil, o rio São Francisco. Quero dizer ao Governador Arraes que esse rio é nosso, será nosso e continuará sendo nosso, para sempre. Nossa, para uso de todos, não só para uso das grandes geradoras de energia. Nossa, para uso do povo brasileiro. E, por isso, nós vamos cuidar dele, lá em cima, nas suas cabeceiras, lá nas Minas Gerais.

Quem sabe ainda neste mês, ou no mês que vem, estaremos, junto com o Governador de Minas, nas cabeceiras do rio São Francisco, a simbolizar a importância que o Governo Federal dá à preservação dos mananciais? Porque a morte do rio começa lá longe, no Planalto Central, quando há a derrubada das caatingas, que lá se chamam cerrados e são um pouquinho mais generosos para com o verde, porque a derrubada dos cerrados impede que comece a haver a transposição das águas das chuvas para o rio São Francisco, que continua nas matas ciliares, que são destruídas, e quando se chega aqui já se encontra o rio alquebrado.

E não será por causa de um pouquinho de água que se joga no mato – que, eventualmente, eu amanhã possa, no meu Governo, transformar em água que se transponha para fins mais nobres, no outro lado do Nordeste – que se vai matar o rio São Francisco. Não será isso. O que matará o São Francisco – que não vai morrer, porque estaremos todos os brasileiros atentos a ele – será o descuido nacional para com esse rio.

Pois bem, a começar por essa grande questão do rio São Francisco, é preciso que nós não nos esqueçamos de que água e a irrigação são condição *sine qua non* de sobrevivência digna do povo do Nordeste.

Por isso que nós estamos, hoje, aqui, anunciando mais liberações de recursos e retomada de projetos nessa área, mais do que em qualquer outra área. Não porque as outras não sejam importantes – e já me referirei a mais uma que me parece muito importante –, mas porque esta é o básico, é o fundamental.

Em algum momento, vi que o Imperador, num gesto desses que são próprios dos que estão no governo e que, às vezes querem o bem do povo e, talvez, por querê-lo tanto, não medem as palavras, disse que resolveria o problema da água nem que fosse vendendo a última jóia da coroa. Pelo jeito, ou não vendeu a jóia, ou vendeu e não bastou.

Nós não vamos vender jóia nenhuma: vamos, simplesmente, organizar o Governo e dar seguimento a obras que já estão em curso. São muitas e vão permitir, realmente, uma modificação muito grande nesse panorama. Das 50 obras contratadas anteriormente, 24 deverão terminar neste ano de 1995. E os recursos estão aí, não se trata de palavras; estão aí e serão usados; 11 vão ser terminadas em 1996 e, no período de 1997 a 1998, mais 15. E, como disse o Ministro Krause, muitas delas começaram há mais de oito anos.

Não cabe iniciar obras novas, quando há obras paralisadas, do maior interesse e que, às vezes, por razões meramente de politiquice, não foram adiante; outras vezes, por falta de recursos, efetivamente, também não foram adiante.

É preciso, primeiro, repor em funcionamento o que já está em marcha; refazer as estradas, que estão esburacadas; repor e continuar as obras, e dar um caminho para este Brasil.

Tenho a satisfação de anunciar que o Tesouro vai assegurar os recursos para essas obras que constituem antigos anseios dos estados. Para começar, a barragem do Castanhal, no Ceará, uma obra de grande importância, que vai acumular três vezes mais água que o açude de Orós. Tenho certeza de que essa obra beneficiará o estado. Ela será iniciada, há recursos do Tesouro para isso.

Vamos viabilizar a construção do canal de Souza, na Paraíba. Reivindicação de quarenta anos, senhor Governador. Por iniciativa nossa, por iniciativa do Ministro Cícero de Lucena e do Ministro Krause, com o apoio de todo o Governo, vamos fazer o canal de Sousa.

Também vamos iniciar a adutora do Oeste, Governador Arraes, porque é uma obra de grande importância, que vai beneficiar 300 mil pessoas. Pois bem, essa adutora do Oeste será feita também.

Não vou seguir dizendo o que se fará em cada um dos estados. Far-se-á. O Governador Albano pode ter certeza de que o nosso Platô de Neópolis tem seus recursos assegurados, e eu diria o mesmo sobre várias obras. Nem olho para a Governadora Roseana, porque, então, já tenho que desfiar um rosário maior de obras, para que ela fique mais tranquila.

Faremos essas obras. Mas quero também pedir aos Governadores que se unam entre si e ao Governo Federal. Há certas obras que são de grande relevância. Por exemplo, a estrada de ferro Transnordestina. Ela dará sentido ao porto de Suape, pois é uma obra estruturadora, como, aliás, são essas obras que mencionei, dos grandes açudes. Mas essa obra não pode ser feita isoladamente, terá de ser feita por uma espécie de pacto entre todos nós, de buscar recursos e fazer com que o porto de Suape, um grande porto, encontre aí uma destinação, pela qual possa estar ligado a Petrolina, de modo que nós possamos não só recuperar uma parte da estrada de ferro, como também continuar aquele pedaço, que é necessário para que essa interligação se faça.

Eu não tenho recursos, neste momento, para fazer isso. Mas, juntos, colocando dinheiro de cada um de nós, buscando recursos externos, apelando – se for o caso – para a iniciativa privada, nós poderemos construir essa estrada.

Senhores Governadores, senhores membros deste Conselho, o Nordeste cansou de anúncios grandes e eloquentes. Nós não o fizemos. Nós estamos anunciando, aqui, uma nova maneira de gerir o orçamento, de coordenar esforços dentro da austeridade, sem os recursos, quando não existem, buscando criá-los, quando possível, poupando e aplicando. Com isso, pouco a pouco, nós vamos cumprir aquilo que corresponde às nossas responsabilidades.

Tenho certeza de que a missão maior de todos nós, que os brasileiros esperam de nós, entretanto, é outra. É a de diminuir a disparidade de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Vamos dar empregos com essas construções, vamos acudir, aqui e ali, a emergência, vamos intensificar a reforma agrária. Mas nós temos que estar juntos no combate aos bolsões de miséria. Temos que prestigiar os programas do Comuni-

dade Solidária, que não é um programa isolado, são os programas das várias áreas de Governo.

E aí esse grande desafio, Governador Paulo, é um desafio que o Governo Federal não pode enfrentar sozinho. É um desafio que governo algum enfrenta sozinho, precisa da sociedade. E precisa que a sociedade entenda, como está entendendo, que as modificações que estamos propondo ao País, por duras que sejam para alguns setores – que se desesperam, porque perderam o sentido histórico –, são essenciais para que os passos sejam dados. Para que nós possamos, efetivamente, garantir a estabilidade do Real, para que possamos, efetivamente, investir mais, para que possamos, efetivamente, aumentar os meios de vida dos brasileiros, num processo contínuo e progressivo, nós precisamos ousar.

O Presidente da República e seu Governo, dentro de suas limitações, com o apoio que reconheço e agradeço, dos partidos e do Congresso Nacional, estão dando estímulos para que o País acredite mais em si mesmo; para que deixe de lado a poeira do passado, para que se esqueça de uma porção de questões, que outrora foram relevantes, mas que hoje podem ser até empecilhos para os avanços concretos. E para que, com confiança, olhando o futuro com firmeza, deixemos de fazer de novo o discurso sobre o nosso desenvolvimento, sobre as mazelas das regiões, e possamos fazer menos discursos e mais ações, dizendo: “É, isso era assim, mas já começou a deixar de ser.” Essa Sudene volta a encontrar-se com o espírito que a norteou no início, com aquele espírito que teve, muito vivamente, como já disse do início, no Governo Juscelino e em Celso Furtado os seus grandes inspiradores.

Hoje, o Brasil já não pode mais orientar-se pela expressão de uma só pessoa; hoje, aquilo que nos dá a confiança é o fato de que os brasileiros já sabem o que querem, já votam com consciência, já apóiam quem trabalha, e tenho a certeza, a absoluta certeza, de que, com esse espírito, nós começamos já a mudar a atitude do Brasil para com as regiões. O Nordeste não é só o coração dos problemas, é a razão das possibilidades também, é um novo País, e é neste Nordeste que nós vamos marcar o louvor ao Brasil.

A nossa modernidade vai ser vista, aqui, combatendo a mortalidade infantil, para decliná-la, fazendo que haja mais educação, fazendo mais obras hídricas, dando mais condições de acesso à terra, viabilizando mais investimentos e respeitando a lei e a democracia, sem as quais – vimos muito bem no passado, porque já passamos por isso – nada se faz, senão em benefício dos poucos que manipulam o poder.

O poder hoje é do povo, e o povo exige de nós responsabilidade.

Senhores Membros do Conselho, tenho certeza, nenhum de nós aqui fugirá a essas responsabilidades, e essa Sudene renasce, com mais ímpeto que nunca, porque tem consciência das possibilidades e dos desafios.

Agradeço muito aos senhores todos e vou pedir ao Ministro Krause que finalize, que conclua o meu discurso, porque em governo orgânico é assim: o Presidente começa, mas são os Ministros que chutam a bola em gol.

Muito obrigado.